



Há espírito comunitário em Riachos?

Em Riachos não há espírito comunitário, o que há é capelinhas. Somos apenas a soma das partes, não mais que isso. As colectividades fazem tantas coisas, não mostram sinais de desagregação e até crescem e fazem feitos notáveis. Mas fazê-las em conjunto, pela terra, pelo bem-estar comum fora da capelinha? A Câmara que faça se quiser, que é para isso que lhe pagamos. Esta semana votou-se na assembleia de freguesia a manutenção do mercado na posse da Junta, posta em causa pelo aumento da renda de 27 para 225 euros. Um acto sensato, aprovado por unanimidade. O presidente da Junta anunciou então que a Junta vai, a partir de agora, fazer cortes noutras rubricas do orçamento anual para conseguir pagar esta renda. Afinal, o mercado é um símbolo local e, se fechasse, enfraquecia ainda mais a vida da vida.

Segundo o presidente da Junta, a última vez que o proprietário apresentou o preço da venda, era pouco mais de 50 mil euros. Um valor ridículo, numa altura em que vemos, entre tantos outros exemplos, a Câmara a ter de pagar 300 mil euros de indemnização a uma construtora só porque insistiu no arranque precipitado de mais uma obra de regime (Convento do Carmo).

50 mil míseros euros por 500 m2 no centro da vila, com ligação directa à Casa do Povo, ao Largo e à memória colectiva de Riachos, não merecem que se mexa uma palha? Já nem falo da parte da Junta, mas da Assembleia, à qual o presidente da junta decidiu, e muito bem, remeter a decisão sobre o mercado. O Atlético arranja todos os anos 50 ou 60 mil euros para a sua actividade, o rancho fez agora uma noite de folclore em que gastou 3 ou 4 mil euros, a festa do padroeiro terá feito nos últimos anos dezenas de milhares de euros na sua realização anual, é preciso dar mais exemplos, senhora assembleia de freguesia, de como se arranja dinheiro?

Uns dizem: porquê comprar, se depois não haveria dinheiro para recuperar? Resposta simples: para ficar património, uma herança do nosso poder local. Para termos coisas realmente nossas (ao contrário do pavilhão que tantos se indignam por ser “em” Riachos e não “de”), adquiridas com a nossa determinação, para podermos dizer aos nossos filhos que aquela obra não foi inaugurada por um excelentíssimo senhor presidente, mas sim graças ao querer daqueles que se chegaram à frente nessa altura, em nome de Riachos.

Em suposta crise e sem fundos que permitam qualquer tipo de autonomia além da escolha de que relvas regar em detrimento de outros jardins a secar, só haveria razão para esta, e qualquer freguesia, continuar a existir, se representasse uma comunidade coesa, alinhada com as finalidades altruístas do desenvolvimento através da participação comunitária.

Especialmente daqueles que foram eleitos. A freguesia tinha razão para existir se soubéssemos que, quem quer que fosse para a Junta e para a Assembleia, era para ir trabalhar. Trabalhar nos tempos livres, mas trabalhar em conjunto com fins concretos em vista. Agora também o fazem nos tempos livres, mas é para se queixarem que o alcaide não lhes dá nada.

Mas sejamos francos, o que há na assembleia de freguesia é uma hipocrisia total. Não se faz nada, não se fez nada nos últimos anos. A maioria dos eleitos vão para ali brincar aos políticos, fingir que contam para alguma coisa nos destinos da freguesia. Uma novidade lhes dou: a Câmara não proíbe a Junta de fazer coisas e de dar abertura à Assembleia para também as fazer.

A orgânica subjacente ao desenvolvimento desta terra deveria ser assim: a Junta (presidente, tesoureiro e secretário) seria a entidade gestora do património e dos assuntos correntes da freguesia, bem como encarregue da representação junto da Câmara e outros. A assembleia de freguesia seria, na prática, o poder executivo, reunindo-se frequentemente para propor, discutir e votar acções conjuntas, angariações de fundos, mobilizações da população para objectivos concretos, candidaturas a fundos, etc. A Junta ficava nos cornos do boi mas a Assembleia dava-lhe motivos de orgulho e obra feita. Uma relação de reciprocidade que obrigava os eleitos ao mais simples de fazer: pôr de lado os compromissos pré-eleitorais feitos com os partidos pelos quais concorreram e passar a pertencer simplesmente aos Eleitos de Riachos.

O Farinha Madeira, membro da assembleia municipal, propôs a criação de um fundo para a aquisição ou arrendamento do mercado. Todos os riachenses eleitos nas assembleias de freguesia e municipal, bem como todos os nomeados pelos partidos para as mesas de voto em actos eleitorais, cederiam metade do que lhes é pago pela presença nas sessões ao longo do mandato e em cada eleição. Essa verba serviria para fazer um mealheiro para depois comprar o mercado. Em meia dúzia de anos chegaria aos vários milhares de euros. Era um princípio. “Mas que ideia absurda e utópica” terão pensado uns, a julgar pelos sorrisos amarelos ou expressões cerradas. “Ups, epá isto é uma ideia perigosa, se isto pega...” terão pensado outros. Ouviu-se mesmo na sala: “então quer dizer, nós já vimos para aqui trabalhar. A população é que tem de entrar nessas coisas”. Errado. A população precisa é de modelos, exemplos que lhe infectem o subconsciente com sentido comunitário.

Que raio, tantos anos a ver as colectividades a trabalhar bem, e não aprendem nada?